



Assembleia Municipal de Óbidos	1
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA NO DIA 28 DE ABRIL DE 2015

--- Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e cinquenta minutos, na Escola Básica e Secundária Josefa de Óbidos, na Rua Antiga Estrada Real, S/N, Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM - Intervenção do público;-----

PONTO DOIS - Período antes da Ordem do Dia;-----

PONTO TRÊS - Apreciação e eventual aprovação da proposta de alteração ao Mapa de Pessoal;-----

PONTO QUATRO- Apreciação e eventual aprovação da proposta de recrutamento e designação do júri para a instrução do procedimento concursal de recrutamento para o cargo de Dirigente Intermédio de 3º grau da Subdivisão de Desenvolvimento Comunitário, Juventude e Turismo;-----

PONTO CINCO - Apreciação e eventual autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais constantes da informação da SAEP de 15 de abril de 2015, de forma a dar cumprimento ao estipulado no alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos (LCPA) e artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, referente a procedimentos com compromissos plurianuais a transitar de ano e a lançar com vigência em 2015;-----

PONTO SEIS- Apreciação e eventual aprovação da proposta de afetação ao domínio público de parcela de terreno de prédio rústico onde se encontra instalado o cemitério de Gaeiras, em harmonia com o previsto na alínea q), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO SETE- Apreciação e eventual aprovação do Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação – 2014, conforme previsto na alínea l) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO OITO- Apreciação e eventual aprovação dos documentos de Prestação de Contas do Município de Óbidos, relativo ao exercício de 2014;-----

PONTO NOVE - Apreciação e eventual autorização de celebração de Contratos Interadministrativos de delegação de competências nas Freguesias, ao abrigo do previsto na alínea k) do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e autorização para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/20132, de 21 de junho;-----

PONTO DEZ- Apreciação e eventual autorização de celebração de Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Estado e o Município de Óbidos – Contrato de Educação e Formação Municipal, ao abrigo do previsto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

PONTO ONZE - Aquisição de serviços de comunicações por lotes – Alterações ao caderno de encargos, para conhecimento;-----

PONTO DOZE - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos acerca da atividade do município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- A Segunda Secretária, Ana Margarida Reis, fez a chamada.-----

--- Presenças - Telmo Henrique Correia Daniel Faria; José Rodrigues Machado; Fernando Jorge Sousa e Silva; Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis; Laura Ferreira; José Luís Rocha de Oliveira; Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre; Sílvia Maurício Correia; Amílcar Santos; Anabela Braga Adónis; Ana Catarina Brás de Carvalho; José Coutinho; Jorge Joaquim Madeira Veloso; Luís Miguel Gonçalves de Oliveira; João Paulo de Oliveira Cardoso; Dina Vieira; Carlos Sousa; João Carlos Marques Costa; Custódio de Sousa Santos



Assembleia Municipal de Óbidos	2
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

Heitor Carvalho da Conceição; José Manuel Ferreira Simões; Luís José do Coito Ribeiro; Hélder José Mineiro Mesquita; João Paulo Herculano Rodrigues; Evaristo Ferreira Ribeiro; Joaquim dos Santos Martins.-----

--- **Substituições** – A Deputada Anabela Blanc fez -se substituir pelo Deputado João Veludo; a Deputada Cristina Rodrigues fez-se substituir pela Deputada Laura Ferreira, o Deputado Francisco Brás Teixeira fez-se substituir pelo Deputado Amílcar Palma dos Santos e, os Deputados Joana Machado e Ricardo Duque foram substituídos pelo Deputado Carlos Sousa e Deputado José Coutinho respetivamente.-----

--- **Quórum** – 27 presenças.-----

--- **Faltas** – Deputado Albino Sousa, Deputada Anabela Blanc, Deputada Cristina Rodrigues, Deputado Francisco Brás Teixeira, Deputada Joana Machado e o Deputado Ricardo Duque.-

--- Registou-se ainda a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal Humberto da Silva Marques e dos senhores Vereadores, Pedro José de Barros Félix, Telmo de Sousa Félix, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Ana Maria Ramos de Sousa e José Carlos Ribeiro Capinha.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conta que o senhor Vereador Bernardo Rodrigues não pode estar presente na sessão e, antes de passar a palavra ao 1º secretário para ler a correspondência, fez uma saudação especial ao senhor Diretor do Agrupamento de Escolas, o qual agradeceu as palavras simpáticas dirigidas pelo senhor presidente da assembleia municipal.-----

---O primeiro secretário leu a correspondência recebida, que foi a seguinte:

Foi recebida uma moção da Assembleia Municipal de Viseu que, foi apresentada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, sobre o combate eficaz à corrupção.-----

Informou ainda que foi recebida uma notificação de despacho do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, dando conhecimento das diligências de notificação, da renúncia à procura dos mandatários, efetuada no âmbito do processo 1469/14.1TBCLD.-----

Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

Referiu ainda que se registou uma alteração substancial no novo código de procedimento administrativo no que diz respeito à aprovação das atas, salientando o ponto três do artigo trigésimo quarto. onde é mencionado que, não participam na aprovação os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita.-----

Informou ainda que foi recebida uma informação da Dra. Anabela Blanc, dando conta que não poderia estar presente na reunião e, que a mesma discordaria com o conteúdo que está descrito na ata número um, que seria colocada para aprovação, no que diz respeito à sua intervenção na sessão extraordinária realizada em treze de fevereiro de dois mil e quinze, não mencionando quais as situações que estão conforme a sua intervenção.-----

---**APROVAÇÃO DE ATA:** Foi presente para aprovação a ata número um, referente à reunião extraordinária desta Assembleia Municipal, do dia treze de fevereiro do ano de dois mil e quinze.-----

O senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal, referiu quais os membros que não participaram nas respetivas reuniões pelo que não poderiam fazer parte da votação.-----

Informou ainda que foi enviado um e-mail por parte da senhora Deputada Anabela Blanc, dando conta da sua não concordância, pois no seu entender, não foram retratadas todas as questões que a própria colocou, aquando da sua intervenção, tendo o senhor Presidente da mesa colocado à consideração dos membros da Assembleia Municipal o assunto em questão.-----

---O senhor Deputado José Machado, pediu a palavra, concordando com as palavras do senhor presidente da mesa, tendo sugerido que o documento que foi enviado sirva de apoio aos serviços.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	3
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

---Foi ainda explicado pelo senhor Dr. Rui Vargas que no documento que foi enviado pelo senhor Deputado José Machado, constava todo um conjunto de perguntas que não foram as perguntas exatas, nem a intervenção exata da senhora Deputada Anabela na Assembleia Extraordinária de treze de fevereiro do corrente ano.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado José Luís Oliveira que cumprimentou todos os presentes, sugerindo que seja transcrito para a ata o que está gravado, pois não pode ser aprovada uma coisa que não foi discutida em sede de Assembleia.-----

---O senhor Presidente da mesa deu a palavra ao senhor Deputado José Machado que referiu que a generalidade das perguntas foram feitas pela senhora Deputada Anabela Blanc, não tendo sido dadas todas as respostas.-----

---O senhor Presidente da Assembleia referiu que a senhora Deputada Anabela Blanc deveria ter feito chegar as perguntas que foram exatamente colocadas nessa reunião, podendo ser feito algum aperfeiçoamento, salientando ainda que os serviços técnicos não têm de transcrever toda a intervenção, e sim, apanhar o espírito das intervenções.-----

---O senhor Deputado José Machado tomou a palavra, invocando o Regimento, referindo que o mesmo não foi cumprido pois a mesma deveria ter sido entregue com mais tempo de antecedência, tendo o senhor presidente da mesa da Assembleia retirado a respetiva ata para aprovação, registando o facto que, a mesa nunca invocou tal argumento para não agendar assuntos, mesmo quando, a documentação não foi distribuída aos membros da assembleia atempadamente, exatamente pelo senhor Deputado José Machado, tendo solicitado ao secretariado para retractar a intervenção da senhora Deputada de forma simplificada e que assim que for possível a faça chegar aos membros da Assembleia Municipal-----

---**APROVAÇÃO DE ATA NÚMERO DOIS:** - Foi presente para aprovação a ata número dois referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, do dia vinte e sete de fevereiro do ano de dois mil quinze.-----

--- ***Passou-se à votação tendo esta sido aprovada por unanimidade.***-----
Aprovado em minuta por unanimidade.-----

----- ORDEM DE TRABALHOS: -----

1.º - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO – Não se registou nenhuma intervenção do público.-----

2.º - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

---Foi apresentada uma moção subscrita pelos membros da CDU, tendo a senhora Deputada Sílvia Correia usado da palavra, tendo cumprimentado os presentes, e para assinalar a passagem dos 41 anos do 25 de Abril, apresentou uma moção de modo a comemorar esta data histórica, numa altura em que os valores de Abril são constantemente colocados em causa e porque não houve oficialmente nenhuma comemoração por parte da câmara.-----

--O senhor Presidente da Assembleia Municipal leu o texto da moção, a qual se transcreve:-

“... A Revolução de Abril constitui uma realização histórica do povo português, um ato de emancipação social e nacional, que pôs fim a 48 anos de ditadura fascista, realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, e impulsionou transformações económicas e sociais. -----

Portugal vive hoje um dos mais graves períodos da sua história com uma grave e profunda crise económica e social, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a



Assembleia Municipal de Óbidos	4
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses. -----

O Poder Local é uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efetiva autonomia administrativa e financeira. No entanto o Governo intensificou o ataque ao Poder Local e à sua autonomia, tendo desencadeado um verdadeiro programa de subversão do Poder Local Democrático, numa nova e mais declarada tentativa de concretização da velha ambição de ajustar contas com uma das mais importantes conquistas Abril. -----

As comemorações da Revolução de Abril devem ser um momento para afirmar a indignação e recusa da política dirigida contra os trabalhadores, o povo e o País, em que se insere o ataque ao Poder Local Democrático e ao que ele representa de espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. Um momento de resistência e luta contra esta ofensiva que pretende ajustar contas com Abril, agredindo a democracia, a liberdade, a paz e o desenvolvimento de Portugal. -----

Este deve ser também um momento para a convergência e unidade dos patriotas, dos trabalhadores e do povo português, em defesa dos valores de Abril e da Constituição da República.-----

Os princípios fundamentais do 25 de Abril devem ser reafirmados e lembrados nesta Assembleia Municipal que os aqui evoca e comemora.-----

Viva o 25 de Abril!-----
Óbidos, 28 de Abril de 2015”-----

---O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, questionou os signatários da mesma, se pretendiam submeter esta moção a votação, os quais concordaram.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado Miguel Silvestre, afirmando que não concorda com alguns termos que foram ditos, não havendo grande margem para aprovar uma moção desta natureza, pois considera que não houve um interesse genuíno que refletisse os valores de abril.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado José Machado, afirmando que o Grupo do Partido Socialista se identifica com o 25 de abril, tendo no entanto, uma leitura nalguns aspetos que não será coincidente com alguns detalhes de linguagem que constam do documento, questionando se havia abertura para que haja um intervalo e possa ser reportado o texto a fim de se tentar consensualizar o texto, caso a mesa estivesse de acordo.-----

O senhor Deputado Custódio Santos pediu a palavra, tendo cumprimentado todos os presentes, afirmando que é vergonhosa a forma como foi assinalado o 25 de abril, no concelho de Óbidos, alertando que os municípios de Óbidos é que irão penalizar o executivo.

---Tomou a palavra o senhor Deputado João Paulo Cardoso, referindo-se à forma e ao conteúdo, que no seu entender, a maioria não concorda com o conteúdo, referindo-se às palavras da senhora Deputada Sílvia Correia, tendo esta resumido, no seu entender o essencial, que Óbidos deveria ter festejado o 25 de abril, questionando se, o documento da moção por inteiro será submetido à votação ou, se se vai colocar à discussão o facto de 25 de abril não ter sido festejado em Óbidos.-----

---O senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a mesa só coloca à votação os documentos que são entregues, e no seu entender, não lhe pareceu oportuno que parte da Assembleia vá construir um texto, passando a palavra ao senhor Presidente da Junta de A-dos_Negros.-----

---O senhor Presidente da Junta de Freguesia de A-dos-Negros cumprimentou os presentes, e esclareceu que já é uma tradição ser festejado o 25 de Abril na sua freguesia, tendo sido feito um convite a todo o executivo municipal e, foi com muito gosto que os receberam,



Assembleia Municipal de Óbidos		5
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015	

lamentando que as pessoas que estão melindradas com esta situação não tivessem comparecido às celebrações.-----

---A senhora Deputada Sílvia Correia esclareceu que a câmara oficialmente, não celebrou o 25 de abril e, como membro da Assembleia Municipal, não recebeu nenhum convite pelo que não poderia estar presente.-----

---**Não tendo havido mais intervenções foi posta à votação, tendo sido chumbada com quinze votos contra, seis votos a favor e seis abstenções.**-----

---O Grupo Municipal do PS, apresentou declaração de voto, tendo o grupo votado favoravelmente, alegando que é naturalmente favorável aos valores do 25 de Abril, sugerindo que, futuramente, os textos de moções congéneres à apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, sejam enviadas, com antecedência, aos restantes grupos municipais, a fim de se tentar consensualizar o texto.-----

---O senhor Presidente da Assembleia reforçou que a moção, para além de não se encontrar subscrita, foi entregue no dia da presente reunião às dezoito horas e trinta minutos, prosseguindo com o período antes da ordem do dia.-----

---Pedi a palavra o senhor Deputado Jorge Veloso questionando se é do conhecimento da Câmara estar em vigor o Regulamento Municipal de Trânsito da Vila de Óbidos, aprovado em vinte e seis de fevereiro de dois mil e treze, pela Assembleia Municipal, após discussão pública, onde consta o artigo quarenta e três do referido regulamento que "...o presente Regulamento entra em vigor no 5º dia seguinte à sua aprovação pelo órgão deliberativo do Município.-----

Referiu ainda que continuam a faltar a colocação de vários sinais de trânsito na vila de Óbidos, para que a situação estivesse conforme o referido no regulamento, e se a câmara entende que o mesmo não é adequado, se irão ser feitas alterações, e em caso afirmativo para quando estão previstas.-----

Tomou a palavra a senhora Deputada Sílvia Correia, referindo-se ao assunto da Pedreira a laborar no Planalto das Cezaredas, freguesia de Olho Marinho, relembando que na última Assembleia Municipal questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o que pretendia fazer em relação a este assunto, aproveitando para resumir a explicação que o senhor Vereador Pedro Félix deu na altura. -----

Referiu ainda que o PCP entregou três pedidos de esclarecimento sobre este assunto no final do mês de Março, um à Câmara Municipal de Óbidos e outro à CCDR, que continuam sem resposta, e um terceiro à Direção Geral de Economia, o qual este último já foi obtida resposta, afirmando que falta o parecer técnico da Câmara Municipal, pois a Comissão de trabalho CCDR-Direção geral de Economia e CMO reuniu pela última vez no final de Novembro de 2011 e a CCDR decidiu que só estaria em condições de fazer reanálise de decisões desfavoráveis emitidas anteriormente, se estivesse na posse da decisão da CMO sobre a revisão do PDM, informando ainda que a Câmara Municipal ficou de analisar e ponderar as pretensões em sede de revisão/alteração do PDM em Dezembro de 2011, tendo sido feitas várias recordatórias desde então e a, mais recentemente no início de Abril de 2015, pois sem este parecer da Câmara o grupo de trabalho das três entidades não tem condições para poder emitir uma decisão final.-----

Questionou o executivo acerca da sua real posição, se é a de alterar o seu PDM e retirar o local da pedreira da reserva ecológica nacional para poder assim ser legal o proprietário continuar a explorar nesse local, ou é a de atrasar a saída do parecer com a justificação técnica, que já vai com 2 anos e meio de atraso e assim o proprietário continuar ilegalmente a explorar a pedreira até já não haver mais calcário no local.-----

A senhora Deputada recordou ainda o senhor Presidente da Câmara que no mandato anterior, e ainda como vereador, declarou que com a sua visita às Cezaredas se apercebeu do que não se deve fazer naquele território e que a figura de revisão do PDM seria o instrumento para acautelar os interesses da zona, de uma forma articulada entre os municípios de Óbidos, Bombarral, Lourinhã e Peniche.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	6
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

Terminou a sua intervenção questionando por último se a Câmara podia garantir se ainda se encontra o calcário que sempre existiu na parcela da secção M nº123, de 4400m², e de que é proprietária, e que para além da preocupação de ter uma pedreira ilegal a laborar no Concelho, uma das suas maiores preocupações é com os possíveis impactos ecológicos que a extração de calcário no Planalto das Cezaredas pode vir a ter não só na zona onde o calcário está a ser retirado, mas também com os possíveis efeitos que pode ter nos lençóis freáticos de grande importância na zona.-----

Tomou a palavra o senhor Deputado Custódio Santos, abordou a questão dos eventos, apoiando a descentralização dos eventos, parabenizando o senhor presidente por essa situação. Relativamente à sinalização de trânsito em Óbidos, referiu que verificou a existência de sinais de trânsito durante a altura dos eventos, pois desconhece onde foram aprovados e por quem.-----

Informou ainda que as lajes em frente à farmácia continuam a necessitar de reparação, bem como a Estrada da Corredoura, postes de iluminação tombados e atenta para a necessidade de reparações de calçada.-----

---Tomou a palavra a senhora Deputada Laura Ferreira referindo-se à Revisão Geral do PDM - Plano Director Municipal de Óbidos, tendo questionado acerca do ponto de situação e para quando está prevista a entrada em vigor do novo PDM.-----

A senhora Deputada lembrou que muitos municípios têm vindo a conseguir a aprovação de alterações às áreas da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional, pelo que pergunta o motivo pelo qual se deve o processo de Óbidos estar tão atrasado.-----

Alertou ainda que, em virtude da lei de bases do solo - Lei número trinta e um de dois mil e catorze, de trinta de maio, a revisão do PDM deveria estar pronta para publicação até Julho deste ano, já com os pareceres favoráveis da REN e da RAN, pois caso não aconteça, pode haver implicações significativas, uma vez que a referida nova lei tem, como uma das principais inovações, a mudança de fundo introduzida no processo de classificação e qualificação do solo, designadamente no que concerne ao desaparecimento da categoria de solo urbanizável, e à indispensabilidade de fazer depender a transformação do solo e a sua reclassificação como urbano de uma opção de planeamento e, particularmente, da demonstração da sua viabilidade, e da programação e contratualização da operação urbanística entre Administração e particulares., correndo o risco do concelho de Óbidos vir a ter redução de atuais áreas de construção, principalmente nas aldeias.-----

A senhora Deputada Laura Ferreira propôs ainda que, a revista RIO passe a incluir um resumo dos principais debates ocorridos na Assembleia Municipal, incluindo a posição tomada por cada grupo municipal e, que a mesma passe a ser impressa em papel reciclado, para o Município poupar dinheiro e reduzir a emissão de CO₂ para a atmosfera, pondo em prática a ideia ambientalista.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado José Machado, referindo-se a uma notícia difundida no mês de abril, pela LUSA e publicada em vários jornais, de que o município de Óbidos estaria em situação de incumprimento relativamente às Águas do Oeste, estando a seu ver, esta notícia incompleta, pois parece ter havido incumprimento das Águas do Oeste com o Município de Óbidos, solicitando o ponto de situação atualizado.-----

Mencionou ainda que devido a parte das redes de esgotos e de águas pluviais não estarem separadas no nosso concelho, as Águas do Oeste têm medido e depois faturado o volume de água proveniente da chuva, que se junta à rede de esgotos, contudo, as ETAR's não trataram essas águas pelo que se continua a pagar tratamento de água da chuva em ETAR's, alegando ainda que as Águas do Oeste têm faturado à Câmara de Óbidos consumos mínimos que, embora previstos no contrato, não têm sido consumidos.-----

Sendo este um assunto de há vários anos e, tendo sido contratado o escritório de advogados do Dr. Morais Sarmento para tratar deste problema, solicitou ainda o ponto de situação atualizado e os resultados obtidos.-----



Assembleia Municipal de Óbidos

7

Ata n.º 3

Reunião de 28.04.2015

Questionou ainda se já foi pedida a intervenção da tutela - Ministério do Ambiente e, em caso afirmativo, qual o seu resultado, pois, no seu entender, seria bom pedir a intervenção do Ministério do Ambiente antes do Governo concretizar a ideia, que na sua opinião se afigura errada, em privatizar o sector das águas.-----

Salientou ainda que, segundo a documentação da prestação de contas, os processos judiciais, sobre dívida reclamada, pelas Águas do Oeste são de valor superior a um milhão de euros, tendo o ROC chamado a atenção para este facto, por estas facturas não estarem registadas na contabilidade.-----

Referiu-se ainda aos processos em Tribunal que envolvem a Câmara Municipal de Óbidos e a Câmara Municipal de Caldas da Rainha, perguntando ao senhor Presidente para quando estava previsto um entendimento amigável entre os dois municípios, estando a referir-se a uma dívida do valor de quinhentos e vinte mil euros, a receber pela CMO da CMCR.-----

Terminou a sua intervenção questionando acerca do ponto de situação para a Câmara Municipal apresentar candidatura a fundos comunitários para se reduzirem as perdas de água nas redes de distribuição e para sua requalificação pois, consta que esta eventual candidatura estará relacionada com a regularização da situação existente entre as Águas do Oeste e a CMO.-----

---Tomou a palavra a senhora Deputada Anabela Adónis, tendo cumprimentado todos os presentes, referindo-se a uma publicação feita pela Comissão Concelhia do PCP, na Gazeta das Caldas, no dia dez de abril intitulada "Querem tirar os correios da vila de Óbidos" e, tendo em conta a leitura da ata de vinte e sete de Fevereiro do ano corrente e, que foi aprovada na presente reunião, e de acordo com o que foi explicado e se reflecte na mesma, não coincidir com o comunicado do PCP, solicitou ao senhor Presidente da Câmara que esclarecesse a Assembleia, se há necessidade ou, se existe a possibilidade de retirar os CTT da vila de Óbidos.-----

---Tomou a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho, referindo-se à intervenção da CMO na aberta da lagoa de Óbidos, agradecendo em nome de todos, pois que a câmara conseguiu fazê-lo após duas tentativas falhadas por parte da APA, tendo alocado a si as responsabilidades e custos, evidenciando todos os intervenientes no processo.-----

Destacou a Semana da juventude que, na sua opinião, correu muito bem e referiu-se ainda ao Festival Internacional do Chocolate, e, pelo facto do executivo deslocalizar os eventos para fora das muralhas, referindo que já sucedeu o mesmo no ano anterior.-----

Terminou a sua intervenção dando conta do desfile que se iria realizar no sábado dia dois de maio, no Olho Marinho, junto à fonte dos Olhos de Água, no âmbito do Festival do Chocolate, convidando todos a estarem presentes.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado João Carlos Costa referindo-se também ao Festival Internacional do Chocolate, parabenizando a Câmara Municipal de Óbidos e a empresa municipal Óbidos Criativa pelo evento, que já existe há treze anos, destacando ainda a importância da descentralização do mesmo, tendo ainda referido que unidades hoteleiras circundantes acabam também por beneficiar com a realização do evento.-----

---Tomou a palavra a segunda secretária Ana Margarida Reis, referindo-se à Semana da Juventude, parabenizando o Município, que se juntou às Câmaras de Caldas da Rainha e Bombarral, e, em conjunto com os Agrupamentos de Escolas, Associações de Estudantes e outras Associações, que proporcionaram aos jovens atividades, culturais e artísticas, desportivas, e debates, tendo juntado os jovens de territórios diferentes, sendo da opinião, que o número de concelhos envolvidos irá aumentar pois, foi um sucesso, tendo a Semana encerrado com uma grande festa, sendo esta iniciativa de louvar para bem dos jovens e das escolas.-----

----Terminadas as intervenções o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que cumprimentou todos os presentes, respondendo ao senhor Deputado Jorge Veloso que, o Regulamento foi aprovado e entrou em vigor e até ter



Assembleia Municipal de Óbidos	8
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

um sistema complementar, aguarda-se que o sistema de pilaretes comece a funcionar para verificar se existe ou não lugar a alterações ao regulamento.-----

Relativamente à questão colocada pela senhora Deputada Sílvia Correia, pela vontade da autarquia não há pedreiras a laborar nas Cezaredas, lembrando-a que foi dada uma resposta por parte da Câmara Municipal, e que a informação dada pelo Ministério da Economia, revisão do PDM, para tentarmos um plano de lavra, deixar como estava o terreno antes da exploração, não tendo a Câmara à data capacidade formal e jurídica para impedir que aquela entidade possa sair do local, sugerindo que o senhor Vice-Presidente esclareça a questão.-----

Relativamente à questão do possível encerramento dos CTT e no sentido do enviesamento da interpretação do PCP, de que o presidente da câmara havia assumido que efetivamente os CTT iam fechar, tal não é verdade, não representando o facto que aconteceu na Assembleia Municipal, informando que foi assinado um contrato interadministrativo com a Administração Central para instalação de uma Loja do Cidadão, na Antiga Escola Básica de Óbidos, estando prevista a instalação dos CTT e todos os serviços desconcentrados da Administração Central, havendo assim garantia de manutenção dos mesmos.-----

Felicitou o senhor Deputado Custódio Santos, por este ter elogiado o executivo pelo evento decorrido, referindo ainda que se registaram alterações pontuais de sinalização para auxílio e aumento do conforto e mobilidade dos transeuntes da vila de Óbidos durante o Festival Internacional do Chocolate.-----

No que diz respeito à solicitação da Deputada Laura Ferreira, explicou que Óbidos para chegar antes da entrada em vigor efetivo da Lei de Bases do Solo, ter a Revisão do PDM, foram feitas inúmeras reuniões, tendo na sua posse o parecer da REN e da RAN, estando o Gabinete de Planeamento a trabalhar a proposta para entrar em discussão pública ainda no decorrer do mês de Maio.-----

Informou ainda que a CMO enviou em Setembro do ano passado pedido de parecer à RAN, só tendo tido despacho na semana anterior à realização da presente assembleia, pelo que há situações que não estão na esfera de atuação da Câmara, tendo promovido uma reunião com o senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e o representante da CCDR LVT, para tentar perceber qual era uma possibilidade de prorrogação para entrada em vigor para a respetiva Lei de Bases do Solo, havendo diferenças de interpretação quanto ao momento que consideram a aprovação da Revisão do PDM, para efeitos da aplicabilidade ou não da Lei de Bases do Solo.-----

Afirmou ainda que caso a revisão do PDM, não seja feita ao abrigo da atual legislação, podem sair prejudicados, salientando que há situações que carecem da apreciação das entidades externas.-----

Quanto à questão do senhor Deputado José Machado, partilhando do mesmo sentimento de injustiça ao ler a notícia, admitindo que os jornalistas não conhecem toda a matéria, havendo um incumprimento por parte das Águas do Oeste em sede de contrato de concessão que foi subscrito no ano de dois mil e dois, tendo-se verificado que por exemplo, existem pontos de entrega que não têm caudal suficiente para fornecer a população, havendo inclusive a situação de nem existir pontos de entrega, dando como exemplo a Freguesia do Olho Marinho, não podendo, na sua opinião as Águas do Oeste alegar incumprimentos por parte da CMO.-----

Esclareceu ainda, que face a uma execução que as Águas do Oeste, intentou contra a Câmara de Óbidos, referindo que pediram uma suspensão da ação, pois a entidade pede que se suspenda a decisão do Tribunal, surgindo notícias nos jornais, na sua opinião injuriosas e pouco éticas, ficando a aguardar as diligências das Águas de Portugal sobre esta matéria.-----

Relativamente aos processos judiciais, e relativamente à atuação dos Revisores Oficiais de Contas, explicando que o fizeram para permitir encontrar um mecanismo para que haja um encontro de contas que os autarcas estejam disponíveis para o fazer.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	9
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

Relativamente à questão urgente da aberta, apesar da resistência por parte da APA, salientou a atuação do senhor Secretário de Estado do Ambiente que permitiu a intervenção num espaço que não é competência própria das autarquias de Óbidos e Caldas da Rainha, folgando em saber que o saber popular por parte dos mariscadores e de várias gerações é de extrema importância, registando ainda a presença dos Presidentes de Junta do Olho Marinho, do Vau, do Nadadouro e da Foz do Arelho, estando muito ligados a esta preocupação esperando que as dragagens possam ajudar a estabilizar cada vez mais a embocadura.-----

---O senhor Vereador Pedro Félix em relação à questão sobre as Pedreiras, esclareceu que nas várias reuniões existentes a resposta do executivo foi sempre negativa relativamente ao licenciamento de pedra que lá existe, pois, o Plano Diretor de Óbidos não o permite, sendo que se a exploração existe, deve-se ao Ministério da Economia e à legislação que assim o permite, mencionando o artigo cinco do decreto-lei número trezentos e quarenta barra dois mil e sete de 12 de outubro.-----

Referiu ainda que, com a revisão do Plano Diretor, o Ministério da Economia pensa que se vai poder potenciar aquela exploração, e enquanto o Plano Diretor não estiver fechado, não há uma resposta concreta e definitiva.-----

Terminou a sua intervenção, mencionando que se fosse intenção do Ministério da Economia de fechar a exploração já o teria feito.-----

3.º - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL-----

---Pedi a palavra senhora Deputada Catarina Carvalho questionando em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, sobre qual a visão da CMO quanto à quantidade de funcionários que o executivo entende que terá no futuro, pois no ano de dois mil e nove, registaram-se trezentos e sessenta funcionários e no final do ano passado eram duzentos e noventa e dois, pelo que, houve uma redução de sessenta e oito funcionários neste período, não contando aqui a redução havida na empresa municipal perfazendo um total de cem pessoas a menos, alegando assim, que conviria existir uma visão clara do que, futuramente, se pretende fazer com recurso a pessoal próprio e a prestadores de serviços externos.-----

Terminou a sua intervenção referindo que é questionável o aditamento agora proposto, face ao que foi definido no final do ano passado, sem existir a referida visão por escrito.-----

---Pedi a palavra a senhora Deputada Sílvia Correia, referindo que dando conta do sentido de voto do Grupo Municipal do PCP, esclarecendo que se as propostas tivessem sido apresentadas separadamente, votariam contra a primeira e, o voto seria a favor da segunda e da terceira, conforme a proposta foi apresentada o grupo municipal -----

---O presidente da Câmara respondeu à senhora Deputada Catarina Carvalho, que o aumento ou redução do pessoal é feita em função da situação económica do município e em função dos projetos que tem de garantir, sendo uma ação de gestão feita diariamente.-----

---O senhor Presidente da Assembleia aproveitou para felicitar o senhor Presidente da Câmara, pois verificou que este mapa contempla a figura instrumental de concretizar o Conselho Municipal de Educação, sendo este um elemento decisivo para a implementação das políticas inovadoras no sector da educação.-----

Não tendo havido mais intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor e onze abstenções.-----

---Aprovado em minuta por unanimidade.-----

4.º - APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO E DESIGNAÇÃO DO JÚRI PARA A INSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO CONCURSAL DE RECRUTAMENTO PARA O CARGO DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3º GRAU DA SUBDIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO, JUVENTUDE E TURISMO-----

Não tendo intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade-----

---Aprovado em minuta por unanimidade.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	10
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

5º - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS CONSTANTES DA INFORMAÇÃO DA SAEP DE 15 DE ABRIL DE 2015, DE FORMA A DAR CUMPRIMENTO AO ESTIPULADO NO ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, LEI DOS COMPROMISSOS (LCPA) E ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO, REFERENTE A PROCEDIMENTOS COM COMPROMISSOS PLURIANUAIS A TRANSITAR DE ANO E A LANÇAR COM VIGÊNCIA EM 2015

*Não tendo intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade---
Aprovado em minuta por unanimidade.*-----

6.º - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO DE PRÉDIO RÚSTICO ONDE SE ENCONTRA INSTALADO O CEMITÉRIO DE GAERAS, EM HARMONIA COM O PREVISTO NA ALÍNEA Q), N.º 1 DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

Não tendo intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----
Aprovado em minuta por unanimidade.-----

7.º - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E A RESPECTIVA AVALIAÇÃO – 2014, CONFORME PREVISTO NA ALÍNEA L) DO N.º 2 DO ART.º 25º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

---Pedi a palavra a senhora Deputada Catarina Carvalho, que sugeriu que futuramente fosse disponibilizado à Assembleia Municipal um mapa com o resumo da soma das parcelas agrupadas, separando o valor total dos bens do domínio público e do domínio privado do Município, assim como discriminados os bens do domínio privado que não serão necessários à ação da Câmara Municipal de Óbidos e, conseqüentemente, podendo vir a ser transacionáveis.-----

---O senhor Presidente da Câmara esclareceu que o procedimento resulta de uma aplicação, não podendo atribuir outro formato ao documento contudo, adiantou que no domínio privativo do município entenda-se lotes, são cerca de quarenta milhões de euros.-----

Não tendo havido mais intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e duas abstenções.-----

---Aprovado em minuta por unanimidade.-----

8.º - APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2014-----

---O senhor Presidente da mesa deu a palavra ao senhor Deputado José Machado, dando conta que se verificou que no ano passado houve um esforço que levou à redução de um milhão de euros, nas despesas correntes, mas, mesmo assim, ainda se registou um prejuízo (resultado negativo). O ano passado o prejuízo foi superior a dois milhões de euros, contudo, o prejuízo foi inferior ao havido nos anos de dois mil e doze e dois mil e treze.-----

Mencionou o facto do total do passivo ser de 29,7 milhões de euros no ano de dois mil e doze e, em 2013 ter subido para 31,7 milhões de euros, tendo voltado a subir em 2014 voltou a subir para 33 milhões de euros.-----

Referiu ainda que antes das eleições foi dito pelo PSD que a dívida a receber chegava para pagar todos compromissos e, que a dívida a receber pela câmara baixou mais de seis milhões de euros, questionando o executivo municipal sobre o motivo pelo qual a maioria deste dinheiro não ter sido para abater na dívida que a Câmara detém, tendo sido somente utilizada uma parte para o abatimento da dívida bancária.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	11
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

---Pedi a palavra o senhor Deputado José Luís Oliveira, cumprimentando todos os presentes, aproveitando para fazer uma análise técnica que se transcreve:-----

“Da análise às demonstrações financeiras e demais documentos apresentados constata-se rigor, contenção nas despesas, grande diminuição nas dívidas de curto e longo prazo, inclusivamente a antecipação e liquidação de um empréstimo de longo prazo. -----

Podemos hoje afirmar que os investimentos feitos em determinados momentos e por várias vezes contestados, são a prova mais que evidente que foram feitos no momento certo. Pois, criaram uma imagem de Óbidos, que continua a ter resultados que consideramos muito significativos, senão vejamos, os impostos diretos como o IMI que atingiu um valor de 2.9 milhões de euros, e, num ano onde a crise económica é aquela que todos conhecemos as receitas de IMT atingiram valores de 3.08 milhões de euros. Isto demonstra que realmente foi criada uma imagem onde nos dias de hoje muitos acreditam para fazer os seus investimentos.-----

Na demonstração de resultados, embora os resultados sejam negativos, o Cash Flow é positivo em relação ao resultado final. Esse Cash Flow reflete o valor dos resultados extraordinários negativos, que tem valores relevantes com origem nas transferências de capital concedidas para as juntas de Freguesia, Associações, colectividades e para as empresas municipais. Se considerarmos o Cash Flow operacional, ou seja, referente aos resultados operacionais, este atingiu um valor de mais 560 mil euros.-----

De realçar que os resultados estão prejudicados nas transferências e subsídios obtidos, pois, as receitas provenientes da Administração Central tem uma tendência decrescente com uma redução de 5% anual referente ao FEF, tendo esta rubrica decrescido cerca de 668 mil euros.-----

No balanço, verificamos uma diminuição muito significativa das dívidas de curto prazo atingindo a 31 de Dezembro um valor de 578 mil euros, podemos ainda dizer que neste valor está incluído um valor de 339 mil euros que se refere a 10% de caução a fornecedores sobre os contratos de empreitada. Estes valores não têm uma responsabilidade imediata, o que nos indica que as dívidas a curto prazo, seriam à data de 238 mil euros, podemos dizer hoje que o município perante estes valores está a pagar a fornecedores a 19 dias. Situação invejável, e que demonstra aos mais sépticos, que diziam à boca cheia que o município estava falido, que era uma questão de má análise e falta de conhecimento do que era a realidade do concelho de Óbidos por parte dessas pessoas. Também as dívidas a longo prazo, diminuíram em 786 mil euros, de fazer notar, que a dívida existente à banca tem em conta o valor assumido do empréstimo no âmbito do PAEL.-----

Mesmo com os resultados de 2014 os Fundos Próprios mantêm uma ordem de grandeza de mais 65.5 milhões de euros.-----

Perante isto, podemos dizer que existia em 31 de Dezembro uma dívida de 238 mil euros para valores em disponibilidades de 2,190 milhões de euros. Situação mais do que estável e sólida financeiramente. -----

Também em relação à Estrutura Orçamental e à execução financeira podemos verificar que em relação às receitas correntes houve um aumento de mais de 1.9 milhões de euros e em contrapartida nas despesas correntes houve uma diminuição na ordem de 1.06 milhões de euros. Demonstrando que há uma forte contenção nas despesas correntes e que o saldo entre receitas e despesas correntes é da ordem de grandeza de 2.075 milhões de euros.-----

Para terminar gostava de falar sobre alguns rácios que demonstram a solidez do nosso Município :Indicadores 2014-----

Liquidez Geral (Ativo circulante / passivo circulante) 9.61 (Demonstra a capacidade do Município em solver as responsabilidades a curto prazo).-----

Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo) 197,80% (Indica a garantia oferecida pelo Município ao capital alheio ou passivo).-----

O Município será tanto mais solvente quanto o valor deste rácio. Se menor que 100 dá indícios de falência técnica).-----



Assembleia Municipal de Óbidos	12
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

Endividamento (Passivo/Ativo) 33.58% (Apura a extensão com que o Município utiliza capital alheio no financiamento das suas atividades) -----

Autonomia financeira (Fundos próprios/Ativo) 66.42% (Parcela do ativo financiado pelo Capital Próprio).-----

Estes rácios demonstram a solidez do nosso Município, esta situação foi criada durante os últimos anos de gestão PSD, não desvalorizando de forma alguma outros que passaram.-----

Resta-nos, dar os parabéns e agradecer ao órgão executivo, aos colaboradores, aos munícipes e a todos os que contribuíram para que esta gestão do nosso Município fosse possível”.-----

Terminou a sua intervenção esclarecendo o senhor Deputado José Machado que o passivo de trinta e três milhões comporta vinte e um milhões de euros que tem a ver com subsídios recebidos, que os mesmos são considerados proveitos diferidos e só podem ser abatidos conforme as amortizações.-----

---Pedi a palavra a senhora Deputada Catarina Carvalho, referindo-se à obra da Escola Josefa de Óbidos nas contas de 2014, recordando que o respetivo custo é suportado pela União Europeia e pelo Governo, funcionando a Câmara como intermediário com o empreiteiro, referindo que conviria fazer o exercício de “expurgar” os valores recebidos e pagos desta obra.-----

Referiu ainda que a percentagem das despesas com pessoal face à despesa global, deveria ser apenas das despesas correntes e não incluindo as participações da União Europeia e do Governo para obras de investimento.-----

Terminou a sua intervenção mencionando a análise do investimento público, per capita, no concelho, ao longo de anos, que está no documento da prestação de contas, dando como exemplo a obra da barragem e albufeira do Arnóia, assinalando que esta não foi tratada na contabilidade municipal, enquanto a obra de requalificação da Escola Josefa de Óbidos já foi contabilizada municipalmente, salientando que ambas não foram suportadas pelos dinheiros municipais.-----

---Em resposta à senhora Deputada Catarina Carvalho, o senhor Presidente da Câmara mostrou alguma dificuldade em perceber as questões da senhora Deputada, devido à diversidade de questões, despesa corrente, despesa com pessoal e falar de expurgar os financiamentos da União Europeia, pois não foram recebidos financiamentos para pessoal.--

Relativamente à intervenção do senhor Deputado José Luís Oliveira, referiu que este fez uma análise bastante aprofundada, mostrando assim que existem razões para confiar na administração local, mostrando-se orgulhoso da reforma política de que fez parte, tendo arriscado com sentido de rigor e de responsabilidade.-----

Respondendo ao senhor Deputado José Machado, referindo-se que a receita dos dez milhões de euros, e da mesma não ter sido utilizada para amortizar a dívida, questionando o senhor Deputado se concordou com o conjunto de investimentos que foram feitos, pois foi aí que foi investido o respetivo valor.-----

Referiu ainda que foi investido por cada cidadão no concelho cerca de novecentos e cinquenta euros por pessoa, sendo este, aproximadamente o dobro da média do Oeste.-----

Esclareceu que contrariamente ao que foi dito, verificou-se uma redução da despesa corrente em 2013 e os compromissos assumidos pelo Município estão muito próximos da execução financeira, que tem vindo a melhorar ao longo dos anos, significando que estão com capacidade para continuar a investir e de boa saúde financeira e económica.-----

Terminou a sua intervenção, elogiando os serviços pela forma exaustiva como colocaram para além das contas aquilo que foi a atividade da câmara municipal e, em alguns casos em articulação com as juntas de freguesia, sublinhando algumas obras como o caso da Casa do Seixo, Espaço Criativo Josefa de Óbidos, Espaço André Reinoso, pavimentação de diversos arruamentos no concelho, concluindo que conseguiram chegar com excelentes contas e excelentes obras, pois, no seu entender há razões para confiar no futuro e no futuro das novas gerações.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	13
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

---Pedi a palavra o senhor Deputado José Machado esclarecendo que nunca sugeriu que fossem reduzidas as verbas para as Juntas de Freguesia, referindo ainda que no exercício do ano passado houve redução de despesas, explicando ainda que, no ano anterior as despesas correntes tinham ultrapassado as receitas correntes, e tal já não se verificou este período.-----

Referiu ainda que como a receita extraordinária não será repetível, perguntou quais as medidas para fazer o respetivo ajustamento, podendo eventualmente existir uma receita extraordinária de IMT, mas essa será também transitória.-----

---O senhor Presidente da Câmara referiu que não se está a falar de uma redução de despesa corrente no valor de um milhão de euros, referindo que o valor exato é de um milhão e setecentos mil euros, não tendo sido feito um esforço necessariamente com recursos humanos, referindo que a eficiência aumentou sem pôr em causa o bom andamento dos serviços. Referiu ainda que vão ter um quadro comunitário de apoio virado para a componente imaterial, podendo oferecer mais serviços e melhorar os existentes, ou produzir projetos complementares com financiamento de fundos comunitários a par com a redução existente da despesa corrente.-----

Referiu ainda que terminou o período das isenções para uma parte dos lotes do Bom Sucesso, esperando quais as soluções face aos investimentos que estão previstos, qual a proposta da Comissão de Avaliação em matéria de IMI e IMT para o futuro, sendo sua intenção reduzir o IMI e IMT, dentro de determinadas condições de segurança, apelando à coerência no raciocínio dos membros da Assembleia, quando se tiver de decidir em relação às taxas e impostos.-----

Não tendo havido mais intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, dois votos contra e nove abstenções.-----

---O Grupo Municipal do PS apresentou declaração de voto que se transcreve:-----

“Declaração de voto do Grupo Municipal do PS-----

Verifica-se que no ano de 2014 se registou novamente prejuízo. É o 3º ano seguido em que o prejuízo ultrapassa os 2 milhões de euros. -----

De salientar que o PSD de Óbidos fez publicar na imprensa, pouco antes das últimas eleições autárquicas, há quase dois anos, que a Câmara tinha a receber de terceiros 10 milhões de euros, valor que chegava para pagar as dívidas bancárias do Município. O PSD de Óbidos acusou então a oposição de carecer de conhecimento ou seriedade. Entretanto, a dívida a receber de terceiros pela Câmara baixou cerca de 7 M€, sendo agora de 3 milhões de euros. Falta uma explicação para o facto de só ter sido utilizada uma pequena parte deste dinheiro para o abatimento da dívida bancária.-----

Salientamos as reservas constantes no parecer do ROC e afigura-se-nos serem insuficientes algumas provisões, designadamente quanto devido a processos judiciais contra a Câmara Municipal. -----

Há reservas quanto à correta e atualizada valorização de vários bens que estão no ativo do balanço municipal e recordamos que em 2012 houve uma redução do valor do ativo em cerca de 47 milhões de euros. Vários rácios apresentados para tentar demonstrar ser muito boa a situação financeira da Câmara, derivam do valor do património municipal, o qual em parte não será vendável e outra tem, atualmente, preços de mercado inferiores à valorização registada na contabilidade.-----

A apresentada análise do investimento público, per capita, no concelho, ao longo de anos, compara “alhos com bogalhos”. Por exemplo: a obra da barragem e albufeira do Arnóia não teve contabilização municipal, enquanto a obra de requalificação da Escola Josefa de Óbidos já é contabilizada municipalmente, mas ambas não foram suportadas pelos dinheiros municipais. -----

A receita extraordinária de um empreendimento turístico, de cerca de 10.000 € por dia, terminou o ano passado e não será repetível em anos futuros.-----

Relembramos que o Plano de Ajustamento Financeiro do Município de Óbidos que vai vigorar até ao ano de 2026, não era necessário se parte da receita extraordinária, no valor



Assembleia Municipal de Óbidos	14
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

de 18 milhões de euros, relativa aos dois últimos alvarás de empreendimentos turísticos (Royal Óbidos e Falésia d’El-Rei) fosse utilizada para pagar as dívidas do Município.-----
Voltamos a sugerir que se reduzem despesas evitáveis e sem efeito designadamente social nos municípios, as chamadas “gorduras”. Por exemplo: o Município de Óbidos gastou muito dinheiro em trabalhos a mais de obras e multiplicou despesas com juristas.-----
A situação financeira da Câmara de Óbidos merece cuidado acompanhamento”.-----

---Aprovado em minuta por unanimidade.-----

9.º - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS, AO ABRIGO DO PREVISTO NA ALÍNEA K) DO ARTIGO 25º DA LEI N.º 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO E AUTORIZAÇÃO PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 6º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO E ARTIGO 12º DO DECRETO-LEI N.º 127/20132, DE 21 DE JUNHO-----

---Pedi a palavra a senhora Deputada Anabela Adónis, referindo que havia alguns presidentes de junta descontentes com os serviços prestados pelos funcionários da Câmara Municipal de Óbidos e atendendo à aprovação do respetivo ponto, solicitou que os mesmos fossem auscultados relativamente a este assunto.-----

Os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do Olho Marinho, Gaeiras, Amoreira, Usseira, Vau, A-dos-Negros e Santa Maria São Pedro e Sobral da Lagoa, felicitaram de uma forma geral o trabalho efetuado pelo executivo bem como o trabalho prestado pelos funcionários da autarquia.-----

---O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Sobral da Lagoa esclareceu que fez um comentário na sua última Assembleia de Freguesia, devido às inúmeras reclamações de fregueses a nível da niveladora. -----

---O senhor Presidente da Câmara registou com agrado a generalidade os trabalhos que têm sido conduzidos pelo senhor Vereador José Capinha, pedindo autorização ao senhor presidente da mesa para que este explicasse o sucedido.-----

---O senhor Vereador José Capinha agradeceu as palavras relativas à sua atuação, não tendo havido até à data qualquer questão relacionada com o trabalho prestado pelos funcionários da autarquia, sendo um trabalho feito com empenho e para eles irá o mérito de toda essa ação, não tendo no seu entender nada a esclarecer acerca desta situação, pois só tomou conhecimento da mesma na presente Assembleia.-----

---Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara evidenciando uma questão relacionada com a descentralização nas Juntas de Freguesia, pois estas terão mais capacidade para controlar e executar com eficiência as obras, sendo um esforço complementar por parte da autarquia, sendo na sua essência, obras fundamentais para o conforto das pessoas.-----

---Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, que evidenciou a participação dos Presidentes de Junta de Freguesia, ainda que despoletado pela senhora Deputada Anabela Adónis.-----

Não tendo havido mais intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

---Aprovado em minuta por unanimidade.-----

10.º - APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O ESTADO E O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS – CONTRATO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO MUNICIPAL, AO ABRIGO DO PREVISTO NA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25º, AMBOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

---Pedi a palavra o senhor Deputado José Machado mencionando que a educação é um tema que interessa a todas as pessoas e, que todos ambicionam, no superior interesse do futuro do concelho, uma melhor Escola e um melhor ensino.-----

Referiu ainda que em anos anteriores construíram-se as novas escolas dos Arcos, do Alvito e do Furadouro e fez-se a requalificação e ampliação da Escola Josefa de Óbidos, aproveitando-se as condições favoráveis ao investimento nesta área, contudo, no seu



Assembleia Municipal de Óbidos	15
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

entender, falta ser eficaz na melhoria da qualidade do ensino, do combate ao insucesso e abandono escolar.-----

Deu conta que a leitura dos resultados pelos *rankings*, demonstra que os resultados escolares do concelho são fracos e que estes estão diretamente relacionados com a realidade socioeconómica e cultural onde estão integrados, havendo no seu entender, um trabalho de fundo a fazer, a longo prazo, que se prende com o desenvolvimento, cujos frutos se revelam ao longo de gerações, cujos resultados serão mais lentos do que o expectável.---
Referiu ainda que há um trabalho a ser desenvolvido a médio e curto prazo, que se consubstancia na identificação e combate das debilidades do sistema de ensino, tendo de reconhecer e enfrentar o problema e, procurar encontrar uma solução para melhorar a escola no concelho, salientando que a solução proposta pelo Governo, a cerca de 5 meses de eleições legislativas, passa pela assinatura do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em matéria de Educação e que é uma situação intermédia entre a situação atual e a ideia da Escola Municipal.-----

Salientou ainda o senhor Deputado que, a matriz de competências prevê um aumento das mesmas para as Escolas, para o Conselho Municipal de Educação, e a redução das do Ministério que, em termos aritméticos puros, estariam reforçadas claramente as competências da escola/agrupamento, surgindo muitas dúvidas por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista acerca da globalidade do projeto, pois este poderá existir durante vários anos e, perdurar durante vários mandatos. Apontou ainda a questão da continuação do modelo de financiamento, uma vez que está prevista a possibilidade da sua revisão ao fim de um ano e o risco de um decréscimo do financiamento por parte da Administração Central tendo em conta que o Governo pretende a contenção da despesa pública.-----

Terminou a sua intervenção dando conta que importaria prosseguir a tentativa de se obter um consenso sobre o que origina a elevada taxa de insucesso escolar registado no concelho de Óbidos e, assim consensualizar o diagnóstico, para depois se poderem analisar as soluções.-----

---Pedi a palavra a senhora Deputada Catarina Carvalho, questionando inicialmente o senhor Presidente da Câmara se, o aumento para o dobro do valor que o Ministério dará, não resultará do Governo estar a 5 meses de eleições e saber que, provavelmente, as vai perder, havendo, na sua opinião, sérias reservas em que essa contribuição anual de um milhão e quatrocentos mil euros, se mantenha durante os anos seguintes.-----

Mencionou ainda a quadragésima cláusula do contrato - Revisão integral do modelo financeiro, onde consta:-----

“1. No final do primeiro ano civil completo de vigência do contrato, é realizada uma revisão integral do modelo financeiro, incluindo cada uma das respetivas rubricas, para aferir e ajustar à realidade verificada o montante das transferências do MEC para o município”.-----

Destacou ainda a cláusula quadragésima primeira - Melhoria de desempenho, onde consta:-

“1. Sem prejuízo da possibilidade de previsão no Plano Estratégico Educativo Municipal de metas específicas mais exigentes e de indicadores que atendam às especificidades locais, o MEC e o MUNICÍPIO obrigam-se à melhoria do desempenho educativo nos seguintes indicadores do AE:-----

- a) Percentagem de alunos em abandono ou risco de abandono escolar;-----
- b) Classificações das provas finais e dos exames nacionais;-----
- c) Variação anual das classificações das provas finais e exames nacionais;-----
- d) Taxa de retenção-----

Por último referiu-se ainda ao disposto na cláusula quadragésima segunda - Incentivos à eficiência, onde consta:-----

“1. Como incentivo à eficiência na gestão, acorda-se que o montante correspondente a 50% do produto das poupanças geradas com a otimização dos recursos educativos existentes é partilhado pelo MEC para aplicação em ações e iniciativas na área da educação e



Assembleia Municipal de Óbidos	16
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

formação”. Terminando a sua intervenção questionando acerca das medidas que estão pensadas para aumentar a motivação dos alunos.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado Miguel Silvestre, salientando que o Partido Socialista se abstém perante o cenário apresentado, referindo que a questão fundamental é qual é então o trabalho de fundo que falta fazer, quais são as debilidades referidas no próprio documento, qual é o papel que o município deve ter em relação à educação, sendo na sua opinião, uma irresponsabilidade continuar a levantar a questão da politização das escolas.--- Afirmou ainda que perante um tema desta importância o grupo municipal do PS, tem de ser claro em relação aquilo que defende, sendo este, no seu entender, um tema polémico e obriga à exposição do partido e apresentar alternativas.-----

Explicou ainda que a questão dos rankings, tem a ver com a proporção de alunos, não podendo comparar-se com outros concelhos em estudo, tendo um reflexo muito maior nos rankings, não sendo possível abstrair-se da realidade que são todos parte integrante desse sistema.-----

Terminou a sua intervenção reconhecendo o trabalho levado a cabo pelo executivo e, que tem que ser feito, esperando que a oposição faça o mesmo.-----

—Pedi a palavra a senhora Deputada Sílvia Correia referindo que este é um problema que já ultrapassa a comunidade educativa e neste momento é um problema da sociedade Portuguesa, sendo que o contrato apresentado pouco traz de novo, pois os objetivos estratégicos definidos no mesmo, e o que se espera através de uma gestão municipal, é o esperado no Ensino gerido pelo Ministério, ou seja, a melhoria do sucesso e desempenho escolar dos alunos, tendo em vista designadamente a prevenção da retenção, do absentismo, do abandono escolar e saída precoce dos alunos do sistema educativo, a melhoria contínua das práticas pedagógicas; e o envolvimento da comunidade educativa. ---- Mencionou ainda que é o que se espera do Agrupamento de Escolas de Óbidos, assim como de qualquer outra escola do país, e se o Agrupamento não o conseguiu, devem, no seu entender, ser apuradas responsabilidades.-----

Referiu-se ainda ao montante a transferir pelo MEC para o Município, que acrescenta um valor de 700.000Euros aos 696.439Euros propostos inicialmente, lembrando que quando o senhor Presidente da Assembleia era então Presidente da Câmara, se encerraram as escolas primárias existentes no concelho para abrir os Complexos Escolares, tendo sido um dos problemas apontados pela população, o facto das crianças já não poderem ir a pé para a escola e passarem a ter de ser transportadas por autocarro aumentando o seu encargo mensal, tendo sido prometido transporte escolar gratuito, pois o transporte escolar tem de ser pago quando se mora a menos de três ou quatro quilómetros da escola, sendo esta também uma transferência de competências para os municípios.-----

Terminou a sua intervenção questionando o senhor Presidente da Câmara sobre as garantias de durabilidade das transferências desse montante reiterando mais uma vez a posição do Grupo Municipal do PCP, contra o Contrato de Educação de transferência de competências para as Câmaras Municipais por achar que a Escola Pública é um bem que não pode ser partidarizado, defendendo uma escola pública Inteira e Universal para todos os portugueses.-----

---Pedi a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho Hélder Mesquita, referindo-se à qualidade do ensino e que esta tem a ver com professores.-----

Destacou o trabalho efetuado pelo executivo relativamente à Educação e os investimentos nas escolas do Concelho.-----

---O Professor Fernando Jorge tomou a palavra, referindo que a política não justifica tudo. Relativamente ao contrato de educação congratulou-se e adjetivou o arrojo, a prudência e a capacidade de negociação e a janela de oportunidades que se terá pela frente, dando os parabéns a todo o executivo camarário.-----

Salientou que os senhores membros da Assembleia tiveram acesso às estatísticas da Direção Geral Estatísticas da Educação e Ciência, onde foi feita uma análise dos indicadores que foram referidos na presente Assembleia e que são o alvo da respetiva



Assembleia Municipal de Óbidos	17
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

avaliação deste projeto, tendo o Agrupamento melhorado três desses indicadores, sendo os dados relativos aos anos de dois mil e doze e dois mil e treze, realçando o esforço dos professores, da Direção e do Município, pois conseguiu baixar a taxa de abandono escolar e o insucesso nas provas de exames nacionais do ensino básico registado no Concelho de Óbidos.-----

Relembrou os presentes que à três anos, foi atingindo o centésimo vigésimo segundo lugar do ranking, deixando para trás mais de quinhentas escolas e, com este contrato de execução vai-se certamente melhorar.-----

Solicitou ainda ao PCP que apontasse ideias claras para a resolução do insucesso.-----

Destacou o esforço tido ao longo dos anos que permitiu, capacitar o concelho com uma rede de infraestruturas escolares extraordinária e com ensino secundário.-----

Terminou a sua intervenção, dizendo que se deve olhar para os resultados e fazer uma análise correta dos mesmos e, reconheceu que há muito trabalho a fazer afirmando que, acima de tudo está a educação pela educação e não, pela política.-----

---Pedi a palavra o senhor Deputado Jorge Cardoso lembrou que o grupo municipal do PS tentou contribuir para que o modelo funcione mas que tenha a possibilidade de ser melhorado, sendo a educação um ponto importante.-----

Referiu ainda que se trata dum processo contínuo, em momento oportuno apresentará as soluções mas, no seu entender, esta é uma fase embrionária deste modelo e é da opinião que futuramente o PS e PSD poderão vir a melhorar esse contrato.-----

---Tomou a palavra a Professora Ana Margarida Reis, falando da sua realidade próxima, reconhecendo e evidenciado o trabalho efetuado, questionando ainda os presentes se houve ou não benefícios na construção dos novos complexos ou, se era preferível retornar às antigas escolas unitárias, estando a maioria dos encarregados de educação contente com a mudança, não podendo esta ser radical.-----

Salientou ainda que se verificou um interesse crescente nas matrículas para o próximo ano letivo, sendo na sua opinião, uma mudança benéfica.-----

---Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal, dando conta que são feitas críticas por pessoas que desconhecem os sistemas educativos, não podendo avaliar o trabalho feito em Óbidos.-----

Referindo ainda que os municípios em matéria de educação estão satisfeitos, salientando ainda que qualquer escola quer captar uma imagem de sucesso mas, na sua opinião foi criado um campo de oportunidades às famílias e aos jovens incomensurável.-----

Referiu a importância de tentar acompanhar e monitorizar o trabalho que está a ser feito, não sendo os rankings a sua orientação, destacando que é fruto do esforço extraordinário, destacando o trabalho do senhor Presidente da Câmara, mostrando o seu apoio e no seu entender com o apoio da população pois, não sente que os municípios estejam incomodados com aquilo que foi construído nos últimos anos em termos de educação.-----

Termina a sua intervenção mostrando o seu apoio e confiança nos intervenientes em todo o processo.-----

---Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara destacando o trabalho feito dentro e fora do Concelho, fazendo um agradecimento público a todos os que deram os seus contributos, tendo sido um trabalho que se posicionou acima da política.-----

Esclareceu que se está na presença de uma delegação de competências e não de transferência de competências.-----

Referiu que, o facto que quem alguma ter desenvolvimento económico e social tem de investir e, colocar no centro da equação, a educação e, preparar as gerações do futuro para essa mudança.-----

Referiu ainda que é fundamental concentrar-se no que é o essencial, pedindo que os políticos saibam assumir a sua responsabilidade, tendo mostrado o seu descontentamento, pois após explicações, e reuniões tidas, inclusivé com o Partido Socialista, não tendo, no seu entender o Grupo Municipal do PS dado contributos, tendo só colocadas questões.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	18
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

Terminou a sua intervenção mostrando o seu empenho em ter bons resultados, não sendo necessariamente rankings, mostrando que há outros indicadores tão ou mais importantes, salientando que tendo o PS assumido uma posição para abstenção, esperava que tivesse sido apresentada uma alternativa ou votavam contra.-----

---Pedi a palavra o senhor Deputado Custódio Santos, destacando o papel da política e debates políticos, do 25 de Abril e da Democracia.-----

Terminou a sua intervenção destacando os resultados das últimas eleições e que o executivo municipal não respeita a oposição.-----

---Tomou a palavra o senhor Deputado José Machado, referindo que houve de facto uma reunião interessante e esclarecedora, sendo que desde Fevereiro até à presente data houve uma abertura clara por parte da Câmara, felicitando o senhor Presidente por essa disponibilidade, ressaltando que tal não aconteceu no tempo precedente, lamentando tal sucedido pois o seu envolvimento no processo, poderia ter sido diferente.-----

Referiu-se ainda acerca da altura que o governo se dispõe para pôr em prática, pois na sua opinião, causa alguma perplexidade, não sendo a melhor altura para o fazer.-----

---A senhora Deputada Sílvia Correia mostrou o seu descontentamento pois considerou que não foi bem interpretada a sua intervenção, pois não foi feito nenhum ataque a qualquer professor ou a um qualquer complexo escolar.-----

---O senhor Presidente da Câmara tomou a palavra dando conta que, decorreu muito tempo desde o início do processo, e o município foi debitando a informação de forma clara, não havendo no seu entender, secretismo à volta do processo, por parte das autarquias.-----

Dirigiu-se ainda ao senhor Deputado José Machado, dizendo que não é relevante a fase em que se está a fazer a reforma, que o importante é fazê-la, aproveitando para lembrar que no ano de dois mil e nove houve também uma negociação pelo governo do Partido Socialistas para passar o pessoal não docente para as Câmaras Municipais, não tendo sido invocados esses argumentos.-----

Não tendo havido mais intervenções foi posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, dois votos contra e nove abstenções.-----

O Grupo Municipal do PS apresentou declaração de voto que se transcreve:-----

“Declaração de voto do Grupo Municipal do PS-----

Entendemos que a educação é um tema que interessa a todas as pessoas. Todos ambicionamos, no superior interesse do futuro do concelho, uma melhor Escola, um melhor ensino. É da Educação e da Formação das novas gerações, e de todos aqueles que estão na sua vida ativa, que depende sermos um território qualificado, capaz de responder aos desafios do desenvolvimento, às exigências dos novos tempos.-----

Em anos anteriores construíram-se as novas escolas dos Arcos, do Alvito e do Furadouro e fez-se a requalificação e ampliação da Escola Josefa de Óbidos, aproveitando-se as condições favoráveis ao investimento nesta área, com grandes apoios de fundos da União Europeia e do Estado Português. O concelho está munido de escolas novas, preparadas para receber os alunos, com muito boas condições físicas. Trata-se de um factor importante, seja qual for a estratégia a adotar para favorecer a Educação e combater o insucesso escolar. -----

Falta ser eficaz na melhoria da qualidade do ensino, do combate ao insucesso e abandono escolar.-----

A leitura dos resultados pelos rankings, ainda que seja um método de avaliação com debilidades e não espelhe a globalidade da realidade escolar, é uma forma possível para se medir a qualidade do ensino. Esta leitura demonstra de forma clara, inequívoca, que os resultados escolares do concelho são fracos - piores do que os alcançados por muitos concelhos com menor capacidade económica, e que sofrem com a interioridade. -----

Os resultados alcançados pelos alunos estão diretamente relacionados com a realidade socioeconómica e cultural onde estão integrados. Há um trabalho de fundo a fazer, a longo prazo, que se prende com o desenvolvimento, cujos frutos se revelam ao longo de gerações, cujos resultados serão mais lentos do que todos desejaríamos.-----



Assembleia Municipal de Óbidos	19
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015

Mas há um outro trabalho, a ser desenvolvido a médio e curto prazo, que se consubstancia na identificação e combate das debilidades do sistema de ensino, do que menos bom acontece na Escola, para que os nossos alunos aprendam mais e melhor.-----

Há que reconhecer e enfrentar o problema e procurar encontrar uma solução para melhorar a escola no concelho. Depois da defesa da ideia da Escola Municipal, inclusivamente em contexto de campanha eleitoral, há agora uma solução proposta pelo Governo – estamos a cerca de 5 meses de eleições legislativas - que passa pela assinatura do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências em matéria de Educação e que é uma situação intermédia entre a situação atual e a ideia da Escola Municipal.-----

É apresentada uma solução em que se anuncia agilização de processos, bem como encontrar soluções para inúmeras situações que deixam de estar dependentes de autorização expressa do Ministério da Educação.-----

A matriz de competências prevê um aumento das mesmas para as Escolas, para o Conselho Municipal de Educação, e a redução das do Ministério. Em termos aritméticos puros, estariam reforçadas claramente as competências da escola/agrupamento.-----

No entanto, surgem-nos muitas dúvidas, muitos receios, fundados e legítimos que não são advenientes do facto de serem estes os atores, os executores do momento, mas da globalidade do projeto, pois este poderá existir durante vários anos, perdurar durante vários mandatos.-----

Desde logo a continuação do modelo de financiamento, uma vez que está prevista a possibilidade da sua revisão ao fim de um ano.-----

O risco de um decréscimo do financiamento por parte da Administração Central é algo que não seria inédito e nem será de excluir. Não podemos que o Governo pretende a contenção da despesa pública.-----

Por outro lado, estando o financiamento dependente dos resultados, pode entrar-se numa lógica perversa e motivadora de uma pressão sobre os professores, sobre o sistema na sua globalidade, com vista a que as notas sejam mais altas, para que o contrato perdure no tempo, por ser economicamente proveitoso para a autarquia. É mais um risco, este evidente, que se está a assumir e a correr.-----

Outro risco sério que se enfrenta é a “politização”, no mau sentido do termo das forças ligadas à escola.-----

Parece-nos que o que quer que aconteça na execução deste contrato, não vai mudar radicalmente o estado da educação no concelho, já que o tecido socioeconómico e cultural é, na nossa opinião, o factor preponderante, e esse tecido não se altera de um dia para o outro. Mas, naturalmente, gostaríamos que contribua para uma melhoria na globalidade da educação concelhia.-----

Pelas dúvidas que em nós subsistem, designadamente em matéria de financiamento futuro do projecto, e quanto à salvaguarda da independência e autonomia da escola e aos riscos de “politização”, entendemos abstermo-nos nesta votação, não escondendo a apreensão em relação ao futuro deste projecto.-----

Aprovado em minuta por unanimidade.-----

11.º- AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES POR LOTES – ALTERAÇÕES AO CADERNO DE ENCARGOS, PARA CONHECIMENTO-----

---Foi dado conhecimento à Assembleia Municipal.-----

12.º - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA C) DO Nº 2 DO ART.º 25º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO-----

Tomou a palavra o senhor Deputado José Machado, referindo como facto positivo, após solicitação feita anteriormente por parte do Grupo Municipal do PS, feita anteriormente, que na lista dos processos judiciais estava omissa o valor de cada ação, tal já não aconteceu na última listagem enviada aos membros da Assembleia.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		20
Ata n.º 3	Reunião de 28.04.2015	

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte e duas horas e quarenta minutos, do dia vinte e oito de abril do corrente ano, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, agradecendo ao senhor diretor a cedência das instalações e pedindo ainda aos membros da Assembleia, para assinarem a respetiva folha de presenças, do que para constar, se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.-----

--- E eu, Ana Sofia Reis Eusébio, que lavrei a presente ata, também vou assinar.-----